

Imagine o seu dia-a-dia com a mudança

Assim seria o "dia seguinte" do Plano Real, caso ele fosse adotado da forma como está sendo proposto: os salários seriam pagos na nova moeda, o real; o governo receberia os impostos também na nova moeda, e nela seriam convertidos todos os depósitos à vista nos bancos; os preços ficariam a critério dos comerciantes, podendo ser fixados em cruzados ou em reais.

O projeto do economista Chico Lopes prevê um período de convivência inicial entre as duas moedas. Durante quatro meses, o real teria valor equivalente ao da OTN fiscal, e a partir daí sua cotação seria fixada em leilão. O cruzado, enquanto isso, continuaria a desvalorizar-se pela inflação, podendo desaparecer em, no máximo, um ano.

Como o consumidor iria portar reais no bolso, a loja ou o supermercado que não tivesse os seus preços expressos na nova moeda teria de fazer a conversão no caixa. Uma conversão simples, bastando dividir o valor da mercadoria em cruzados pela cotação de um real no dia da compra. Tudo funcionaria como se houvesse hoje a opção de cotar os preços em OTNs ou em cruzados.

Segundo o deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), que vai apresentar o projeto de lei do Plano Real ao Congresso no próximo dia 11, o comércio tenderia a fixar seus preços em reais. Como o real representaria a moeda forte, é natural que todos procurassem ajustar os seus preços naquela moeda — semelhante a fixar preços em OTNs hoje.

O deputado diz que o uso do cruzado deverá ficar restrito a algumas transações do governo com o setor privado. Por isso, prevê que haverá dois perdedores no processo de transição das moedas: o governo, que será severamente afetado na sua capacidade de gastar, e os credores do governo em geral, que receberão em cruzados desvalorizados. A exceção são os compradores de títulos da dívida pública: mesmo recebendo em cruzados, suas aplicações já vêm corrigidas pelas OTNs e rendem juros, o que as protege da inflação.



Chico Lopes

1,5% ao mês

Os empresários — e isso seria uma tendência natural, segundo Rebouças —, poderiam elevar mais rapidamente seus preços em cruzados com a proximidade das mudanças, admitindo-se a hipótese de que venha a ocorrer uma hiperinflação do cruzado. E por que essa hiperinflação

não poderia vazar para a nova moeda? Será que os empresários não poderiam optar por fixar seus preços em reais no dia da implantação do plano e no dia seguinte começar a elevar estes preços na nova moeda?

Na opinião do deputado, isto não ocorreria por causa de uma "lei" monetarista: enquanto a quantidade de cruzados é farta, a quantidade de reais seria rigorosamente controlada. E como a demanda por reais seria alta, e a sua emissão controlada, a sua cotação em cruzados seria elevada. Este controle das emissões de reais seria suficiente para garantir que não surgisse uma inflação alta da nova moeda. Se houvesse, ela seria bem comportada, algo em torno de 1,5% ao mês.

Mas como ficam os reajustes de salários e de preços no Plano Real? Segundo o economista Chico Lopes, os salários seriam convertidos pela OTN fiscal e a negociação ocorreria, como de hábito, nas datas-bases. Não haveria mais reajustes pela URP ou outro indexador, porque a economia estaria desindexada. No caso dos preços a situação continuaria a mesma — sem congelamento —, e poderiam ser regulamentados de acordo com o que ficar decidido no pacto entre trabalhadores e empresários.

O plano não tem nenhum item relativo ao câmbio e aos juros. No caso do câmbio, porque Chico Lopes entende que este é "um problema do Banco Central", embora admita que a proposta é favorável à fixação do câmbio na moeda forte. Quanto aos juros, o economista considera que o assunto é "problema de administração da política monetária, e não deve ser fixado por lei".